

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº. DE 2012. (Do Sr. Deputado Claudio Cajado)

Solicita informações aos Ministros de Estado, sobre a execução das despesas orçamentárias em 2011, inclusive dos Restos a Pagar pagos e inscritos, dos anos de 2007 a 2011.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e 115, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que seja feita solicitação de informações aos Ministros de Estado, sobre a execução das despesas orçamentárias em 2011, inclusive dos Restos a Pagar pagos e inscritos, dos anos de 2007 a 2011.

Nesse sentido, solicita-se que sejam fornecidas as seguintes informações relativas a 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011 de forma discriminada para cada exercício:

- 1) Os empenhos emitidos em 2011, detalhados por emendas de parlamentares individuais, de bancadas e de comissões;
- 2) O montante total de recursos de restos a pagar não processados correspondentes às emendas de parlamentares individuais, de bancadas e de comissões;
- 3) O montante total de recursos cancelados ou passíveis de serem cancelados, em relação ao montante de recursos referidos no item 2;
- 4) O montante total de recursos referentes a convênios e contratos de repasse firmados, em relação ao montante de recursos referidos no item 3;

- 5) Os convênios e contratos de repasse firmados, com os respectivos valores, que foram anulados ou são passíveis de anulação;
- 6) Os convênios e contratos de repasse ainda não firmados, com os respectivos valores, que foram anulados ou são passíveis de anulação.

JUSTIFICAÇÃO

O Requerimento visa à prestação de informações sobre quais os convênios e contratos de repasse anulados e os respectivos montantes de empenhos cancelados em razão do bloqueio dos saldos dos restos a pagar não processados e não liquidados até o final do exercício de 2011, além da execução das despesas referentes aos empenhos de 2011 e a inscrição em Restos a Pagar.

Nesse contexto, mostra-se de fundamental importância a prestação de esclarecimentos pelos Senhores Ministros de Estado, acerca do impacto sobre os milhares de municípios brasileiros decorrente da anulação de convênios e contratos de repasse referentes à aquisição de bens e realização de serviços e obras.

Sala das Comissão, em de de 2012.

Deputado CLAUDIO CAJADO
DEM/BA